
Fundação Itaú Social
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Fundação Itaú Social

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaú Social ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaú Social em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - Pronunciamento Técnico CPC e com a ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - Pronunciamento Técnico CPC e com a ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		5.791.455	4.157.867
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4b e 3	3	12
Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.4c e 4	402.895	192.086
Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2.4c e 5	5.373.486	3.902.648
Ativos Não Financeiros		4.271	153
Outros Ativos Financeiros	6	10.800	62.968
NÃO CIRCULANTE		34	38
Imobilizado	2.4d e 7	28	31
Intangível	2.4e e 8	6	7
TOTAL DO ATIVO		5.791.489	4.157.905

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		3.965	7.039
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	9	575	4.751
Contas a Pagar	2.4f e 10	3.390	2.288
NÃO CIRCULANTE		164.124	150.436
Provisões para Contingências	2.4g e 11	164.124	150.436
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.623.400	4.000.430
Patrimônio Social Constituído		671.633	643.217
Resultado Abrangente Acumulado		4.736.169	3.328.797
Superávit Acumulado		215.598	28.416
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.791.489	4.157.905

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



Selma Andrade
Contador

C.R.C 1 S.P. 263.694/0-4
CPF: 073.508.078-05



Reginaldo José Camilo
Diretor

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
RECEITAS		28	44
Receita de Reciclagem		1	32
Trabalho Voluntário Obtido	18	27	12
DESPESAS		(168.081)	(159.345)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(14.743)	(12.359)
Despesas Tributárias	15	(10.775)	(11.442)
Despesas Contingenciais Tributárias	16	(13.686)	(27.672)
Programas Itaú Social	17	(128.850)	(107.860)
Trabalho Voluntário Concedido	18	(27)	(12)
RESULTADO LÍQUIDO		(168.053)	(159.301)
RESULTADO FINANCEIRO		383.651	187.717
Receitas Financeiras	13	383.653	187.717
Despesas Financeiras		(2)	-
SUPERÁVIT DO PERÍODO		215.598	28.416

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Superávit do Período	215.598	28.416
Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.407.372	952.897
SUPERÁVIT ABRANGENTE	1.622.970	981.313

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Schneider
Selma Andrade
 Contador
 C.R.C 1 S.P. 263.694/0-4
 CPF: 073.508.078-05

H
Reginaldo José Camilo
 Diretor

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

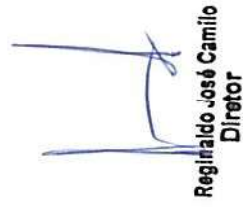
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2016	608.980	2.375.900	34.237	3.019.117
Movimentação do período:				
Transferência do Superávit de Recursos sem Restrição	34.237	-	(34.237)	-
Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros				
Resultados Abrangentes	-	952.897	-	952.897
Superávit do Período	-	-	28.416	28.416
Saldos em 31/12/2017	643.217	3.328.797	28.416	4.000.430
Movimentação do período:				
Transferência do Superávit de Recursos sem Restrição	28.416	-	(28.416)	-
Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros				
Resultados Abrangentes	-	1.407.372	-	1.407.372
Superávit do Período	-	-	215.598	215.598
Saldos em 31/12/2018	671.633	4.736.169	215.598	5.623.400

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis




Selma Andrade
Contador
 C.R.C 1 S.P. 263.694/0-4
 CPF: 073.508.078-05


Reginaldo José Camilo
Diretor

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Superávit do Exercício	215.598	28.416
Ajustes de:	33.714	83.155
Receitas Financeiras	33.710	83.153
Depreciação e Amortização	4	2
Variações nos Ativos e Passivos	58.664	65.026
(Aumento) Redução em Ativos		
Outros Ativos Financeiros	52.168	42.589
Ativos Não Financeiros	(4.118)	69
(Redução) Aumento em Obrigações		
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(4.176)	(2.786)
Contas a Pagar	1.102	(2.544)
Provisões para Contingências	13.688	27.698
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	307.976	176.597
Atividades de Investimento	(307.985)	(176.598)
Aquisição de Ativo Imobilizado	-	(32)
Aquisição de Intangível	-	(8)
Subscrição de Ações	(63.466)	(36.032)
(Aplicações)/Resgates de Investimentos	(594.462)	(245.090)
Receitas Financeiras	349.943	104.564
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(9)	(1)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(9)	(1)
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Exercício	12	13
Caixa e Equivalente de Caixa - Final do Exercício	3	12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Selma Andrade
Contador
C.R.C. 1 S.P. 263.694/0-4
CPF: 073.508.078-05


Reginaldo José Camilo
Diretor

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Itaú Social (Fundação) é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 14 de outubro de 1988, com sede no município de São Paulo, localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º andar - Parque Jabaquara, que atua com o objetivo de:

- I. Gerir projetos de interesse da comunidade, de forma ampla e objetiva, apoiando ou desenvolvendo projetos sociais, científicos e culturais, nas comunidades onde o Conglomerado Itaú Unibanco S.A. atua, prioritariamente nas áreas de ensino fundamental e saúde; e
- II. Apoiar projetos ou iniciativas já em curso, sustentados ou patrocinados por entidades de reconhecida idoneidade.

O custeio das atividades da Fundação, com recursos próprios, estará limitado ao somatório das contribuições e dos rendimentos efetivamente recebidos decorrentes da aplicação do seu acervo patrimonial, caracterizado como superávit e registrado em rubrica específica do Fundo Patrimonial, excluindo-se deste o eventual lucro na alienação de ações de emissão do mantenedor principal e demais empresas e entidades que integram o Conglomerado Itaúsa.

Para manter a estrutura operacional e administrativa da Fundação, os recursos financeiros originam-se, principalmente, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros.

A Fundação possui certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – (COMAS) nº 1052/2013, emitido em 28/11/2014, cuja a inscrição é por tempo indeterminado.

As demonstrações contábeis da entidade elaboradas para o período de 01/01 a 31/12 de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 19/03/2019.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.409/12 de 21/09/2012 que aprova a NBC ITG 2002 – Entidades sem fins de lucros, alterada e consolidada em 21/08/2015 como ITG 2002 (R1) e incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, foram realizadas adequações nas notas explicativas referente ao exercício de 2017.

2.2 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM EXERCÍCIOS FUTUROS

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2018

- **CPC 48 – Instrumentos Financeiros** – O pronunciamento substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). A transição para o CPC 48 não acarretou efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- **CPC 06 – Arrendamentos (R2)** - O pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros

do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **Alteração da Estrutura Conceitual:** Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

2.3 ESTIMATIVAS, JULGAMENTOS E PREMISSAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis, em acordo com o CPC, exige que a administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos divulgados na data das demonstrações contábeis. Dentre elas os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subseqüentes, pois o uso de estimativas e julgamentos é complexo, considerando diversas premissas e projeções futuras. Por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas.

A Fundação não possui estimativas contábeis consideradas críticas que possam representar um risco significativo, com probabilidade de causar algum ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos nos períodos subseqüentes.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** – As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, sendo sua moeda funcional e de apresentação.
- Caixa e Equivalentes de Caixa** – A disponibilidade compreende o caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- Instrumentos Financeiros** - Instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subseqüentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

I - Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Instituto passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado** – São demonstrados ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. O custo inclui quaisquer gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A vida útil econômica dos ativos, revisada anualmente, é definida usando método linear para alocar seus custos deduzidos do seu valor residual, que é estimada como segue:

Móveis e Utensílios, Instalações, Máquinas e Equipamentos de Telecomunicações 10 anos

- Intangível** – Consiste em Software adquiridos separadamente e, da mesma forma que o imobilizado, o intangível é amortizado com base na vida útil estimada.

f) **Contas a Pagar** – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente, classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

g) **Provisões** – São decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes aos cursos normais dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões contingenciais, utiliza-se definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

– **Prováveis:** São constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Contingências;

– **Possíveis:** São divulgadas nas Demonstrações Contábeis, quando relevantes, não sendo nenhuma provisão registrada;

– **Remotas:** Não requerem provisão e divulgação.

h) **Patrimônio Líquido** – O patrimônio é composto de doações, recursos e eventual superávit que são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Depósito em Conta Corrente	3	12
Total	3	12

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Cotas de Fundo de Renda Fixa - TEBE Curto Prazo FICFI	402.895	192.086
Total	402.895	192.086

As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas diariamente pelo respectivo valor da cota.

Os instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado estavam classificados no Nível de Risco 2 em 2018 e 2017.



NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Abaixo a composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

DESCRIÇÃO	31/12/2018				31/12/2017			
	Quantidade de Ações (mil)	Custo	Ajuste a Valor Mercado	Valor Contábil	Quantidade de Ações (mil)	Custo	Ajuste a Valor Mercado	Valor Contábil
Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ⁽¹⁾	379.152	604.082	4.348.413	4.952.495	336.547	540.616	3.011.767	3.552.383
- ON	337.679	594.374	3.659.612	4.453.986	329.846	532.173	2.947.702	3.479.875
- PN	41.473	9.708	488.801	498.509	6.701	8.443	64.065	72.508
Itaú Unibanco Holding S.A. ⁽²⁾	13.770	33.235	387.756	420.991	9.180	33.235	317.030	350.265
- ON	12.267	29.608	338.506	368.114	8.178	29.608	277.951	307.559
- PN	1.503	3.627	49.250	52.877	1.002	3.627	39.079	42.706
Total	392.922	637.317	4.736.169	5.373.486	345.727	573.851	3.328.797	3.902.648

(1) O aumento da quantidade de ações refere-se a subscrição conforme aviso aos acionistas de 19/02/2018.

(2) Conforme aviso aos acionistas de 01/11/2018 as ações foram desdobradas em 50% pela posição acionária de 19/11/2018.

Os instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estavam classificados no Nível de Risco 1 em 2018 e 2017.

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre Capital Próprio a Receber	3.217	57.887
Itaúsa Investimento Itaú S.A.	3.071	56.560
Itaú Unibanco Holding S.A.	146	1.327
Dividendos a Receber	7.583	5.048
Itaúsa Investimento Itaú S.A.	7.583	5.048
Outros	-	33
Total	10.800	62.968

NOTA 7 - IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	31/12/2017	Movimentação	31/12/2018
	Saldo	Depreciação	Saldo
Móveis e Equipamentos	31	(3)	28
Total	31	(3)	28

NOTA 8 - INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	31/12/2017	Movimentação	31/12/2018
	Saldo	Amortização	Saldo
Software	7	(1)	6
Total	7	(1)	6

NOTA 9 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
COFINS ⁽¹⁾	-	4.299
Obrigações sobre Folha Pagamento	325	267
Tributos sobre Serviços de Terceiros	250	185
Total	575	4.751

⁽¹⁾ Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social – (COFINS), com fundamento no art. 14 Inciso X, da MP 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

NOTA 10 - CONTAS A PAGAR

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Salários e Obrigações Sociais	2.117	1.366
Programas Itaú Social	1.242	905
Taxa de Administração de Carteira (Nota 19)	31	17
Total	3.390	2.288

NOTA 11 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias ⁽¹⁾	164.048	150.410
Trabalhistas	76	26
Total	164.124	150.436

⁽¹⁾ Refere-se a provisão Imposto de renda sobre aplicações financeiras e Juros sobre Capital Próprio, com fundamento na decisão do Supremo Tribunal Federal, que deferiu, em parte, o pedido da medida cautelar na ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.802-3.

NOTA 12 – TRIBUTOS

A Fundação goza de imunidade tributária nos termos do artigo nº 150 da Constituição Federal. Com relação à tributação federal, ressalta-se que a Fundação:

- É imune ao Imposto de Renda das pessoas Jurídicas - (IRPJ) conforme o artigo 12 da lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e isenta da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - (CSLL) conforme o § 1 do artigo 15 da lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
- É imune do imposto incidente das contribuições sociais sobre as receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, conforme o decreto nº 8.426/2015, de 1 de abril de 2015;
- Imposto de Renda Retido na Fonte - (IRRF) para fins da não retenção do imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, realizadas através do Itaú Unibanco S.A., com fundamento na decisão do Supremo Tribunal Federal, que deferiu, em parte, o pedido da medida cautelar na ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1802-3;
- É contribuinte da Contribuição para os Programas de Integração Social – (PIS/PASEP), com base na folha de salários conforme o inciso III do art. 13 da MP nº 2158-35, de 24 de agosto de 2001; e
- É imune ao pagamento de tributos, exceto quanto às retenções de Impostos Sobre Serviços – ISS, Institutos Nacional do Seguro Social – INSS e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre serviços contratados, para auxílio de sua operação, de acordo com o previsto no parágrafo 2º do artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e do parágrafo 3º do artigo 10º da Lei 9.718/98.

Com relação à tributação estadual, ressalta-se que a Fundação:

É imune ao Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) conforme temos do art. 7º do Decreto nº 46.655/02.

Apresentamos abaixo os valores dos tributos de IRPJ e CSLL, alíquotas de 25% e 9% respectivamente, para os quais a Fundação Itaú Social se considera imune e que foram calculados como se devido fosse, apenas para fins de divulgação em atendimento aos normativos vigentes.

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ	53.900	7.104
CSLL	19.404	2.557
Total	73.303	9.661

NOTA 13 – RECEITAS FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre Capital Próprio	144.420	150.735
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	132.579	138.629
Itaú Unibanco Holding S.A.	11.841	12.106
Rendimentos	22.910	20.185
Fundos de Investimentos - TEBE	22.910	20.185
Dividendos	216.323	16.797
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	198.898	15.145
Itaú Unibanco Holding S.A.	17.425	1.652
Total	383.653	187.717

NOTA 14 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(11.923)	(9.376)
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota19)	(2.383)	(2.359)
Institucional	(264)	(443)
Serviços de Terceiros	(173)	(181)
Total	(14.743)	(12.359)

NOTA 15 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	(10.743)	(11.456)
Outros Impostos e Taxas	(32)	14
Total	(10.775)	(11.442)

NOTA 16 – DESPESAS CONTINGENCIAIS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
IRRF - Juros sobre Capital Próprio	(28.372)	(31.105)
IRRF - Aplicações Financeiras	(8.288)	(8.609)
Reversão Provisão IRRF ⁽¹⁾	23.023	12.042
Outras Contingências	(49)	-
Total	(13.686)	(27.672)

⁽¹⁾ Refere-se a reversão referente ao ano-calendário de 2012 e 2011, respectivamente.

NOTA 17 – PROGRAMAS ITAÚ SOCIAL

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Apoios e Parcerias	(32.395)	(19.543)
Itaú Criança	(23.073)	(13.534)
Formação	(12.398)	(10.230)
Prêmio Itaú-Unicef	(10.499)	(11.698)
Fomento	(9.092)	(6.635)
Melhoria da Educação no Município	(8.209)	(2.660)
Olimpíada da Língua Portuguesa	(6.847)	(5.742)
Comunicação	(5.639)	(4.352)
Comunidade Presente	(5.197)	(9.229)
Voluntários Itaú Unibanco	(4.060)	(3.625)
Avaliação de Projetos Sociais	(3.939)	(1.495)
Pesquisa	(3.451)	(4.484)
Políticas Educação Integral	(2.510)	(3.850)
Jovens Urbanos	(357)	(4.039)
Tutoria	-	(4.097)
Coordenadores de Pais	-	(1.681)
Outros	(1.184)	(966)
Total	(128.850)	(107.860)

NOTA 18 - TRABALHO VOLUNTÁRIO E GRATUIDADES

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita com base nas informações divulgadas por meio do Estudo de Remuneração dos Administradores (6ª edição), preparado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, sendo este atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração das Reuniões da Diretoria	(27)	(12)

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas são basicamente com o Itaú Unibanco S.A. as quais caracterizam-se, por:

DESCRIÇÃO	2018	2017
ATIVO / (PASSIVO)	10.769	62.917
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	10.800	62.934
Itaúsa Investimento S.A	10.654	61.608
Itaú Unibanco S.A	146	1.326
Taxa de Administração da Carteira - (Nota 9)	(31)	(17)
RECEITAS / (DESPESAS)	360.350	167.308
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	360.744	167.532
Itaúsa Investimento S.A	331.478	153.773
Itaú Unibanco S.A	29.266	13.759
Taxa de Administração da Carteira	(394)	(224)

Além das operações acima discriminadas, a Fundação Itaú Social, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S.A., registrou despesas gerais no valor de R\$ 2.383 (R\$ 2.359 em 2017) em função da utilização da estrutura comum.

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração, reunido em 04/02/2019, aprovou o pagamento, em 07/03/2019, dos seguintes proventos aos acionistas, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 21/02/2019:

a) dividendos no valor de R\$ 1,0507 por ação, dos quais R\$ 0,7607 por ação, por conta do resultado do exercício de 2018, e R\$ 0,2900 por ação, à débito da conta de Reserva Estatutária de Lucros; e

b) juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,7494 por ação, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 0,63699 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos.

A ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração, reunido em 18/02/2019, aprovou o pagamento, em 07/03/2019, dos seguintes proventos aos acionistas, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 21/02/2019:

a) dividendos adicionais no valor de R\$ 0,4532 por ação.

b) juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R\$ 0,3111 por ação (líquido de R\$ 0,264435 por ação), com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos.